

Artigo recebido em

20/09/2014

Aprovado em

29/10/2014

RAFAEL BELLAN

RODRIGUES DE SOUZA

Universidade Federal
do Amazonas (UFAM)

– rafaelbellan@yahoo.com.br

Jornalista e Mestre
em Comunicação
pela Unesp/Bauru e
Doutor em Ciências
Sociais pela Unesp/
Araraquara. Atua no
curso de Comunicação
Social – Jornalismo
da UFAM/Parintins
e é líder do Grupo
de Estudos Sociais
Interdisciplinares do
Baixo Amazonas.

“Tudo em nome da Copa do Mundo”: enquadramento jornalístico das remoções urbanas nas páginas da revista *Caros Amigos*

Rafael Bellan Rodrigues de Souza

Resumo

Este artigo apresenta uma análise do enquadramento jornalístico da revista mensal *Caros Amigos* em torno dos preparativos da Copa do Mundo no Brasil em 2014. O foco principal do corpus do estudo (a edição 204) está direcionado ao capítulo trágico das remoções de famílias em função das obras nas cidades-sede. Parte da chamada mídia radical alternativa, esta revista traz uma abordagem jornalística sobre o debate em torno da relevância da Copa para as classes subalternas. O enquadramento analisado revela, por um lado, um compromisso em dar voz aos militantes sociais e, por outro, uma perspectiva reformista em relação ao Estado, justificado em um possível apoio crítico da publicação ao governo federal. O resultado é uma reflexão sobre o papel do jornalismo crítico emancipatório na elaboração de visões de mundo contra-hegemônicas.

Palavras-chave

Jornalismo, Copa, Enquadramento.

Abstract

This article presents an analysis of the journalistic framing of the monthly magazine *Caros Amigos* around the preparations for the World Cup in Brazil in 2014. The main focus of the study corpus (204 number edition) is directed to the tragic chapter of removals of families depending on works in the host cities. Part of the so-called radical alternative media, this journal brings a journalistic approach to the debate on the relevance of the Cup to the subaltern classes. The framework analysis reveals firstly a commitment to give voice to social activists, and secondly, a reformist perspective on the state, justified in a possible critical support of the publication to the federal government. The result is a reflection on the role of critical emancipatory journalism in the development of counter-hegemonic world visions.

Keywords

Journalism, World Cup, Framing.

Estudos em Jornalismo
e Mídia

Vol. 11 Nº 2

Julho a Dezembro de
2014

ISSNe 1984-6924

Desde o anúncio, feito em outubro de 2007, de que a Copa do Mundo de 2014 seria sediada no Brasil, o país delimitou este evento esportivo como o horizonte centralizador de suas políticas públicas e mola propulsora de uma pretensa modernização das cidades, reestruturadas nos parâmetros hegemônicos exigidos para os jogos. A necessidade de criar a infraestrutura necessária para abrigar o mundial futebolístico concentrou esforços conjuntos do governo federal em parceria com os estados.

A associação existente entre as obras e os jogos esportivos espetaculares proporcionou uma disputa de vários países ditos “emergentes”, reforçando a noção de que eles trariam não só visibilidade às nações, mas também investimentos globais a quem fosse selecionado. A Federação Internacional de Futebol (Fifa) e o Comitê Olímpico Internacional (Coi) tornaram-se entidades endeusadas pelos governantes, e a propaganda em torno da visibilidade dada ao Brasil, país que além de sediar a Copa também receberá as Olimpíadas no Rio de Janeiro em 2016, foi hegemônica nas pautas jornalísticas nos últimos anos.

O país do carnaval, contudo, tornou-se, em junho de 2013, também o país dos protestos. A peculiaridade do ano eleitoral em tempos de Copa foi complementada por um cenário de lutas, que somou vaias aos governantes com paralisações intensas e manifestações amplas combatidas com violência policial. Os conflitos sociais organizados centralmente pela crítica aos investimentos públicos nos jogos foram ecos de junho, testados

no projeto-piloto da Copa, o torneio das Confederações. A palavra de ordem “Não vai ter Copa” ecoou, e as manifestações obrigaram a imprensa a mostrar as contradições do evento.

É, nesse ínterim, que a revista *Caros Amigos*, publicada desde 1997 pela Editora Casa Amarela, assume na capa de sua edição 204, em março de 2014, a missão de resolver o enigma: “vai ou não vai ter Copa?”. Publicação jornalística mensal considerada por muitos uma das mais resistentes mídias radicais a expor um jornalismo crítico e alternativo nas bancas, a *Caros Amigos* tem resistido a dificuldades financeiras e crises editoriais (a última realizou um “passaralho” - demissão em massa - na redação em idos de março de 2013), sendo, contudo, uma importante referência contra-hegemônica na imprensa brasileira.

É uma das grandes novidades, ousar afirmar, de nosso jornalismo, nesses últimos tempos de vacas magras. Afinal, quando recupera o sentido público da profissão e defende as liberdades democráticas e os direitos humanos, ela estabelece outro sentido ao mundo (PEREIRA FILHO, 2004, p. 227)

Essa vertente resistente do jornalismo insere-se na proposta de construção de mídias radicais alternativas, ou seja, “a mídia – em geral de pequena escala e sob muitas formas diferentes – que expressa uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas” (DOWNING, 2002, p.21).

Dessas mídias, valem-se grupos de oposição que pretendem transformar a sociedade, direcionados pela abordagem crítica do existente e na caracterização de

ideias e compreensões diferentes da perspectiva hegemônica.

Neste artigo, analisamos o enquadramento jornalístico da revista *Caros Amigos* (2014) sobre os impactos das obras preparativas da Copa do Mundo no Brasil. Nosso objetivo foi verificar como o jornalismo realizado no interior de uma mídia radical alternativa explora os meandros de um debate político tão atual. O objeto de nosso estudo são os textos jornalísticos que compõem a edição 204: o editorial da revista (“Torcidas exaltadas na Copa”, p.3), a matéria de capa (“A copa da discórdia”, p.24 e p.25), e as reportagens que complementam o panorama proposto pela *Caros Amigos* (“Arrancados do chão”, p.28 à p.31; “Acompanhamento das obras pelos tribunais”, p.32 e “Mobilidade em risco”, p.33). Contudo, antes das análises propriamente ditas é necessário expormos o marco teórico-metodológico que sustenta as investigações.

Enquadramentos jornalísticos

Os estudos de enquadramento tem gerado um leque ampliado de pesquisas no campo do jornalismo. Associado, de certa forma, à perspectiva construcionista da notícia (TRAQUINA, 2005), a reflexão inicial goffmaniana do enquadramento vem ganhado novos contornos e tem sido articulado junto a modelos teóricos de bases epistemológicas muitas vezes distintas. Contudo, mantém-se de forma genérica a referência do enquadramento enquanto uma “ideia organizadora usada na atribuição de sentido aos acontecimentos” (TUCHMAN apud SOUSA, 2012, p.40). Essas ideias configuram uma realidade e fornecem bases para o entendimento da vida contemporânea, arti-

culando referências que tecem os mapas cognitivos a serem perseguidos pelos sujeitos sociais (LIMA, 2004).

Trazido aos estudos de jornalismo, o enquadramento diz respeito à capacidade dos meios de produzirem e disseminarem implicitamente uma interpretação do mundo, por intermédio de uma retórica implícita, entranhada na própria estrutura das matérias jornalísticas, indicando o papel dos meios noticiosos na construção das representações públicas (SOARES, 2009, p.56).

Enquadramentos jornalísticos são expressões de acontecimentos avaliados pelo prisma de sua noticiabilidade, o que implica assumir seu peso enquanto notícia e narrá-los de acordo com as técnicas jornalísticas. Nesse sentido, a prática jornalística evidencia um tipo especial de enquadramento, pois os condicionantes da moldura dada aos fatos reportados seguem, além das motivações pessoais dos agentes produtores de informação, a logística que envolve os processos de coleta, produção e veiculação.

A abordagem apropriada para o estudo de matérias jornalísticas é a análise de enquadramento, produzindo resultados que põem em evidência os vieses implícitos na sua produção. Trata-se de uma metodologia que permite salientar o caráter construído da mensagem, revelando a sua inclinação implícita, em textos aparentemente objetivos, imparciais e com função meramente referencial. No entanto, refere-se à natureza do texto jornalístico em geral, numa perspectiva sociocultural e política, não implicando um

questionamento da atuação profissional dos autores das matérias (SOARES, 2009, p.58).

Ao fabricarem notícias, os jornalistas enquadram acontecimentos. As visões de mundo dos repórteres (condicionados em rotinas produtivas e organizações específicas) são transmitidas em sua produção, oferecendo uma espécie de cartografia por onde o receptor formará sua compreensão dos fatos. Dessa forma, “os enquadramentos residem nas propriedades específicas da narrativa noticiosa que encorajam percepções e pensamentos sobre eventos e compreensões particulares sobre eles” (SOARES, 2009, p.57). Há relação entre os ecossistemas socioculturais e os enquadramentos que se fazem presentes no âmbito da mídia. “Ao oferecerem representações ideológicas da estrutura social, os meios jornalísticos constroem mapas que nos permitem entender as relações de poder nas sociedades, mas que também solidificam essas relações de poder” (SOUSA *apud* SOUSA, 2012, p.47).

A compreensão dos enquadramentos jornalísticos, nesse sentido, permite desnudarmos, em certo sentido, o sujeito coletivo político por trás das narrativas, algo que Genro Filho (2012) aponta como tarefa fundamental para o público receptor enquanto audiência ativa (DOWNING, 2002): decifrar os meandros dessa forma social de conhecimento, o jornalismo.

O jornalismo como prática institucionalizada, os constrangimentos organizacionais daí derivados, a visão dos jornalistas sobre o que é notícia – resultado da perspectiva que eles têm sobre a própria profissão

– e a tendência que as notícias têm de privilegiar posições ideológicas hegemônicas, reforçando a manutenção do status quo, dentre outros fatores, são fundamentais para uma compreensão dos modos como são promovidos os enquadramentos (...) (CARVALHO, 2009, p.06).

Essa tendência da produção jornalística em privilegiar o chamado sentido dominante (HALL, 2003) não expressa, evidentemente, a totalidade dessas produções. Contudo, convém considerarmos a questão dos determinantes políticos e econômicos como estruturadores de significado, visto que o conceito de enquadramento, para ganhar a força que lhe é exigida, precisa ser relacionado ao contexto social em que se evidencia. Como aponta Carvalho (2009), nem Goffman e nem Tuchman expressaram um debate substantivo sobre de onde surgem os quadros primários. É da relação entre enquadramento e as leituras marxistas em torno dos temas da ideologia e hegemonia que pode surgir um arcabouço crítico para a investigação das instituições jornalísticas como parte da totalidade social (DANTAS, 2008; GENRO FILHO, 2012; KOSIK, 2002; NETTO, 2011; MORAES, 2013).

Os mecanismos utilizados na ação comunicativa de enquadrar os acontecimentos são construídos pelas visões de mundo (ideológicas em certo sentido, e parte do debate hegemônico, de outro) dos agentes sociais atuantes no meio jornalístico. Essas ferramentas envolvem as escolhas, bem como o ocultamento e o destaque dado a aspectos do real escolhidos de forma voluntária (ou até mesmo

involuntária), o que produz uma realidade refratada constituinte do mundo em que vivemos.

Na prática jornalística, um enquadramento (framing) é construído através de procedimentos como seleção, exclusão ou ênfase de determinados aspectos e informações, de forma a compor perspectivas gerais através das quais os acontecimentos e situações do dia são dados a conhecer. Trata-se de uma ideia central que organiza a realidade dentro de determinados eixos de apreciação e entendimento, que envolvem inclusive o uso de expressões, estereótipos, sintagmas etc (ROTHBERG, 2010, p. 54).

O enquadramento acaba tornando-se, na linha das referências observadas, um método profícuo de investigação dos cenários construídos na produção jornalística. Com ele, podemos investigar as escolhas da Revista *Caros Amigos* na cobertura dos preparativos dos jogos da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, demonstrando a relação existente entre esses enquadramentos e o papel da revista enquanto mídia radical alternativa.

A Copa das remoções

Já na ilustração da capa (fig.1) da edição 204 da revista *Caros Amigos* está evidenciado o eixo articulador do enquadramento jornalístico escolhido: a luta entre a visão crítica ao evento e a perspectiva de defesa de sua importância. Vai ter Copa? O jogador SIM (vestido de amarelo) entra em uma dividida com o jogador

NÃO (vestido de azul) pela bola de futebol em chamas. O *hashtag* nas palavras da manchete ilustra as escolhas dadas e exige do público uma posição, visto que deve compartilhar sua decisão nas redes sociais. É também uma referência explícita ao campo político que se tornou as redes sociais, esfera que ganha importância na militância jovem desde a Primavera Árabe. Contudo, a questão mais abordada na cobertura dos preparativos do evento não é sinalizada de forma clara, ou seja, as remoções massivas decorrentes das obras da Copa.

O editorial ressalta, ancorando as informações da capa, “o calor das discussões” (CAROS AMIGOS, 2014, p.3) e aponta que a revista, pela esquerda, irá mostrar de forma “objetiva”, mas com as críticas que a equipe julga corretas, a situação em diversas cidades. Difícil mapear que tipo de noção de objetividade está sendo aludida nesse texto opinativo, mas devido sua posição no argumento do editorial, parece representar que a redação coletará o máximo de evidências empíricas para cimentar sua avaliação. Contudo, ecos da famigerada e tão criticada Teoria do Espelho (PENA, 2005) fazem-se presentes enquanto álibi profissional.

Neste momento, a publicação esquiva-se de um posicionamento mais declarado em apoio aos movimentos sociais de resistência às desapropriações, como os Comitês Populares da Copa (Copac), mesmo estes aparecendo como importantes fontes jornalísticas. No editorial, ganha ênfase a visão de que há um interesse nacional que deve ser colocado em contraposição à Fifa e seus “interesses escusos” (CAROS AMIGOS, 2014, p.3). Assim, mesmo escolhendo como grande

pauta das reportagens os despejos das famílias em decorrência dos preparativos da Copa, a revista considera o evento inadiável, cabendo aos seus leitores esperar que “ela ocorra da melhor forma possível” (idem, p.3), atuando como fiscais. Por mais que, como demonstraremos a seguir, a revista mostre todo o apelo trágico dos despejos, com personagens dramáticos selecionados para os depoimentos, estranhamente o editorial atenua o papel do Estado, como se ele apenas tivesse dedicado pouca atenção ao fato: “Aos governos faltou também uma preocupação maior com as pessoas atingidas pelas remoções ocasionadas pela Copa” (CAROS AMIGOS, 2014, p.3).

A chamada geral das reportagens salienta a contradição geral do evento: “A Copa da discórdia” (idem, p.24). A matéria é produzida por um time composto pelos jornalistas Thalita Pires, Jonatas Campos, Marcelo Montanini e Gabriela Allegrini. Os dados iniciais apresentados no texto foram selecionados para demonstrar o descontentamento dos “torcedores”, pois, segundo o Datafolha, a Copa tinha, em fevereiro de 2014, apoio de 54% da população, número bem distante do entusiasmo alardeado na mídia hegemônica. Na introdução do texto, há também uma linha geral de como foi feita a abordagem:

Para esta matéria *Caros Amigos* mobilizou repórteres em diversas cidades e entrevistou pessoas de todas as regiões para fazer um retrato acurado do que vem ocorrendo nas sedes da Copa e contribuir para aprofundar o debate. Porque a discussão enviesada e com dados errados não ajudam em nada. Por

exemplo, as palavras de ordem de educação e saúde de padrão Fifa não são mais que isso, palavras de ordem (CAROS AMIGOS, 2014, p.24)

A reportagem apresenta dados do investimento público em educação e saúde e demonstra que “com” ou “sem” Copa os investimentos em saúde e educação são baixos. Os 26 bilhões gastos na competição não fariam, segundo a revista, nem cócegas no déficit que, para alcançar patamares de países ditos desenvolvidos, deveria ser dobrado. No quadro dado pela revista, a crítica deve ser direcionada à ideia de que os eventos esportivos globais teriam a força de mudar o país. E é nessa saliência que há uma chamada típica de mídias radicais: “Quem muda um país é sua sociedade, seus cidadãos, não um megaevento, seja Copa, seja Olimpíada” (idem, p. 24).

Com o apoio de fontes militantes, a revista representa a Fifa como uma sanguessuga, cujas exigências ao Brasil são abusivas. A entidade também aparece como uma articuladora voraz, interessada na intensa mercantilização dos jogos. Vista como promotora de desenvolvimento mundial, a Fifa impõe sua estrutura operacional aos países de menor força. Nesse sentido, o enquadramento coloca nesse personagem a responsabilidade pela maior parte das mazelas geradas pelo campeonato. A pergunta a ser feita (excluída neste enquadramento) é: por que o Estado brasileiro, em detrimento de países mais ricos, não enfrentou os ditames da entidade? E mais: por que a crítica ao modelo político brasileiro foi oculta neste debate sobre a Fifa? Vemos que faltou

refletir que:

(...) as estruturas governamentais dos novos anfitriões, geralmente contaminadas por uma corrupção estrutural, são especialmente vulneráveis às pressões exercidas pelos grandes players dos megaeventos, sendo mais fácil dobrar os políticos locais para aprovar leis de exceção, mesmo que representem retrocessos gritantes (...) (FERREIRA, 2014, p.11).

Mesmo quando há uma exploração da questão do modelo de cidade ditado pelo alto e antidemocraticamente pelo megaevento, há a exclusão de um tema mais amplo, que envolveria a pauta de uma mídia radical: o capital como eixo articulador da ordem urbana. “A ideia de expor o espaço urbano como mercadoria pode ser questionável, mas é o jogo em que o Brasil está inserido. O que é preciso debater é a maneira como as cidades são preparadas para essa exposição” (CAROS AMIGOS, 2014, p.25). Ora, a questão de fundo da mercantilização não importa? O debate deve se concentrar apenas na “forma” da organização das cidades? Há aqui a exclusão das causas mais profundas das remoções, ou seja, os meandros do papel da economia brasileira na nova ordem mundial e a dinâmica de luta de classes nas cidades, com o ordenamento espacial que privilegia as classes dominantes (HARVEY, 2012). Já os despejos recebem uma ênfase intensa e questionadora, mostrando que a lógica reinante quer remover as pessoas de áreas estratégicas de investimento imobiliário.

Em “Arrancados do chão” (idem, p.28), matéria seguinte do especial sobre a Copa, há um enquadramento mais

condizente com uma perspectiva contra-hegemônica. É aqui que se apresentam os aspectos singulares dos personagens que sofreram os despejos em função do reordenamento urbano alimentado pelos jogos. “Desapropriações acabam com as vidas das pessoas” (Idem, p.28), aponta a linha fina da matéria. O Estado, anteriormente poupado de críticas mais radicais, recebe a denominação de autoritário, enquanto uma das passagens mais dramáticas do texto ganha luz.

Os olhares são tristes e a sensação parece a mesma: revolta, dor e sensação de impotência ante a pesada mão do estado, sua insensibilidade e urgência, além das centenas de atropelos burocráticos e sociais. Comunidade, relações pessoais, famílias, totalmente separadas. Tudo em nome da Copa do Mundo (CAROS AMIGOS, 2014, p.28).

O verdadeiro responsável pela tragédia anunciada na reportagem, com ênfase ampla, é o próprio evento. O Estado é desenhado como ferramenta de exclusão dos mais pobres e algoz da desterritorialização de famílias nas cidades-sede. Contudo, o foco no texto é direcionado ao Estado de Pernambuco, e um dos poucos políticos citado em todo o especial é Eduardo Campos, então candidato a presidente. A “nova política” do governador ganha relevo como articuladora de números positivos, mas quando a matéria direciona seu olhar sobre os removidos e sustenta-se em argumento de autoridade de Raquel Rolnik (relatora da ONU para o Direito à Moradia), o papel elogiável do gestor desmorona. Os dados do Co-

1- Setor denominado AE Mídia da Agência Estado (Esta pesquisa não inclui os procedimentos da Broadcast).

mitê Popular da Copa (Copac) apontam 129 famílias desalojadas pelas desapropriações no loteamento São Francisco do Timbi, em Recife. Esse montante, contudo, recebeu auxílio-moradia do estado de Pernambuco.

O enquadramento dos despejos dá ênfase também às questões em torno da indenização, demonstrando que a maior parte das famílias foi prejudicada. A edição da fala de Rolnik prioriza um argumento impactante: “o que está acontecendo aqui é que estão produzindo mais famílias sem-teto” (Idem, p. 29). No Rio de Janeiro e em São Paulo também são evidenciados, via depoimentos de afetados por despejos, os malogros da competição esportiva. Contudo, nessa parte da reportagem, surge com mais força os argumentos da Copac, demonstrando a perspectiva da linha editorial da revista em mostrar a mobilização das pessoas como saída para uma mudança na realidade opressora, o que reafirma a tonalidade “radical” dessa mídia.

A seleção no enquadramento privilegia, como chave de ouro, no fim do texto, o argumento “não vai ter Copa”, pois a representante do Copac, Talita Gonsales, afirma que os mais pobres não vão usufruir o evento, ou seja, a Copa beneficia poucos, os ricos. A revista, nesse sentido, insere-se na crítica da apropriação urbana, percebida, entre outros, por Ferreira (2014).

A proliferação de empreendimentos de alto padrão nas proximidades dos estádios e outras obras emergenciais provocam um duplo processo de expulsão da população mais pobre, seja pela remoção su-

mária e violenta dos assentamentos, seja pela expulsão “natural” decorrente da forte e nada regulada valorização imobiliária consequente. A copa e os Jogos, nesse sentido, acirram nosso apartheid urbano (Ferreira, 2014, p. 13).

Já a matéria “Acompanhamento das obras pelos tribunais” (CAROS AMIGOS, 2014, p.32) parece fora de lugar. É a chance de mostrar ao leitor a importância das instituições, em especial dos Tribunais de Contas. Há uma certa apologia desse órgão ao salientar que onde a fiscalização funciona os custos das obras da Copa caem. Em uma revista que se intitula “a primeira à esquerda”, é no mínimo contraditório ver afirmações apologéticas sobre o aprimoramento de órgãos estatais. “O debate, então, é se o Brasil está pronto para se abrir ao mundo nesse momento. Aquilo que será mostrado servirá para criar uma imagem positiva de País?” (idem, p. 32). Surpreende neste texto o discurso reformista e a preocupação em torno da adesão do Brasil ao capitalismo global, colocando como pauta o marketing da nação perante o mundo. Seria esse item uma bandeira de luta da esquerda?

A reportagem que encerra o especial da *Caros Amigos* tem a manchete “Mobilidade em risco” (2014, p.33) e busca debater questões relacionadas ao transporte, refletindo sobre a propaganda de que o maior legado do evento seria a melhoria na circulação das cidades. Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre recebem destaque, enquanto são delineados argumentos de que a mobilidade em função dos requisitos da Copa não atendem as populações mais dependentes das me-

lhorias no transporte. Nesse texto, também voltam as questões das remoções, com a divulgação de números impactantes como as 2.6 mil famílias removidas na capital mineira. Já na duplicação da Avenida Tronco, em Porto Alegre, 1,5 mil famílias foram deslocadas, tendo na burocracia na efetivação de novo alojamento seu principal obstáculo. A ênfase dada ao extermínio de 57 moradores de rua em Belo Horizonte ilustra também o lado sombrio da Copa, fechando o quadro desolador pintado na maior parte dos fatos selecionados na reportagem.

Considerações Finais

O enquadramento jornalístico dos preparativos da Copa na revista mensal *Caros Amigos* constrói uma perspectiva bastante crítica em relação ao evento. Coloca em ordem de prioridade o impacto na vida das classes subalternas, demonstra o quanto a competição explora uma lógica mercantilista, de reestruturação das cidades-sede em função de interesses econômicos dominantes. A publicação elege a mobilização como aspecto importante que deve ser incentivado e dá voz aos grupos de oposição, permitindo que militantes e intelectuais do campo crítico-emancipatório interpretem as consequências da Copa no Brasil.

Contudo, enquanto as consequências dos jogos ganham expressão negativa, em que as singularidades dos fatos, principalmente nos entrevistados vítimas de despejos, são bastante enfatizadas, as causas são apenas brevemente arranhadas. O Estado como articulador, parceiro da Fifa e executor das obras, apenas em alguns momentos é questionado em sua essência. Essa perspectiva muda quando os

gestores são opositores do governo federal (o caso de Eduardo Campos é nítido) e demais políticos distantes do campo popular (o prefeito do Rio de Janeiro Eduardo Paes é citado, mas o petista Fernando Haddad, de São Paulo, não). Parece explícito que a revista situa-se dentro do campo de influência do governo Dilma, exaltando uma espécie de apoio crítico. A capa da revista e o editorial revelam isso.

O perfil reformista da publicação acaba por distanciá-la do real compromisso com perspectivas socialistas. Como uma espécie de publicação republicana de esquerda, *Caros Amigos* apresenta as contradições sociais, demonstrando um enquadramento bastante realista das questões da Copa, mas atenua, com crença no aprimoramento das instituições e da democracia liberal, sua crítica ao Estado como eixo articulador do capital.

Acreditamos que esse tipo de postura é desenvolvida em decorrência de motivações ideológicas. Um encarte denominado “O Brasil que queremos” acompanha a edição analisada e traz um texto bastante revelador escrito pelo editor Wagner Nabuco. Apoio crítico ao projeto petista e defesa de investimento público no mercado de publicações nacionais são bandeiras encampadas pela revista.

Uma folheada no *corpus* deste trabalho já deixa nítido que o principal anunciante da publicação é o governo Dilma Roussef. De quatro propagandas externas, três são de órgãos do governo federal. Todavia, a linha editorial, principalmente em relação aos articulistas, mantém nomes de oposição ao governo, como José Arbex Jr. e Gilberto Felisberto Vasconcelos. Devemos considerar também que, no especial sobre a Copa, há uma polifonia já espe-

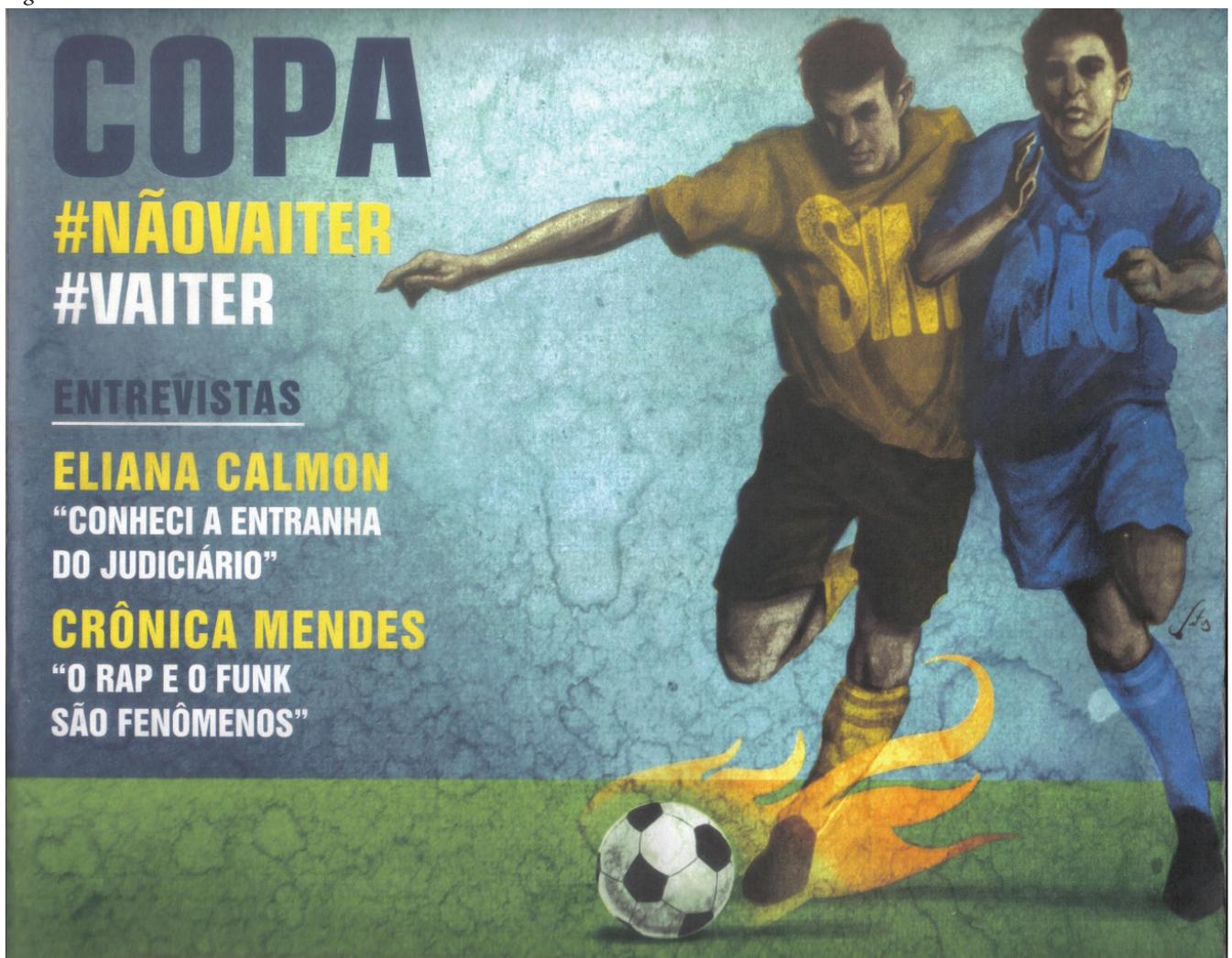
rada, visto que as matérias foram escritas por quatro jornalistas.

De qualquer forma, o papel contra-hegemônico da revista ganha destaque. A cobertura dos preparativos do evento trazida pela *Caros Amigos* consegue apresentar aos leitores questões ignoradas pela mídia hegemônica, temáticas conectadas às demandas das classes subalternas e, mesmo quando assume uma perspectiva ideológica reformista ou até mesmo governista, não deixa de expressar contradições graves da Copa no Brasil, demonstrando - com os recursos jornalísticos disponíveis - os interesses por trás das decisões relacionadas aos preparativos do tão esperado espetáculo futebolístico.

Algumas características da mídia radical (DOWNING, 2002) e do jornalismo crítico-emancipatório enquanto forma

social de conhecimento (GENRO FILHO, 2012) são perceptíveis, embora não apareçam em sua forma mais pura. Do primeiro conceito, vemos que na *Caros Amigos* há uma tentativa em se opor a estrutura de poder ao mesmo tempo em que promove horizontalmente apoio e solidariedade numa rede de oposição. Outra característica dessa mídia radical alternativa é ser portadora de uma forte tendência em ser mais democrática do que a mídia hegemônica. Já enquanto jornalismo crítico-emancipatório, as matérias da copa dão conta dos aspectos singulares das remoções, particularizando, como na base da pirâmide de Genro Filho (2012) os fatos enquanto expressão de um conjunto mais amplo de processos, auxiliando, via ideologia crítica, o potencial do público enquanto sujeitos de transformação.

Fig.01



Referências bibliográficas

- BRAGA, José Luiz. A Sociedade enfrenta sua mídia. São Paulo: Paulus, 2006.
- CARVALHO, Carlos Alberto de. Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico. Contemporânea, Salvador, vol. 7, nº 2, dez. 2009.
- CAROS AMIGOS, Revista. São Paulo: Casa Amarela, n. 204, mar. 2014.
- DANTAS, Rodrigo. Ideologia, hegemonia e contra-hegemonia. In: COUTINHO, Eduardo Granja. Comunicação e Contra-Hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- DOWNING, John D.H. Mídia radical: Rebelia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Editora Senac, 2002.
- FERREIRA, João Sette Whitaker. Um teatro milionário. In: JENNINGS, Andrew. Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas? São Paulo: Boitempo : Carta Maior, 2014.
- GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da pirâmide - para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.
- HALL, Stuart. Da Diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- HARVEY, David. O direito à cidade. In: Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.
- KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- LIMA, Venício A. de. Mídia: teoria e política. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- MORAES, Dênis de. Mídia, poder e contrapoder. Da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.
- NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- PENA, Felipe. Teoria do Jornalismo. Editora Contexto: 2005.
- PEREIRA FILHO, Francisco José Bicudo. Caros Amigos e o resgate da imprensa alternativa no Brasil. São Paulo: Annablume, 2004.
- ROTHBERG, D. O conceito de enquadramento e sua contribuição à crítica de mídia. In:
CHRISTOFOLETTI, Rogério (Org.). Vitrine e vidraça: crítica de mídia e qualidade no jornalismo. Covilhã, UBI, LabCom, Livros LabCom, 2010.
- SOARES, Murilo Cesar. Representações, jornalismo e a esfera pública democrática. São Paulo : Cultura Acadêmica, 2009.
- SOUSA, Jorge Pedro. Os Estudos Jornalísticos após 1950: a consolidação de um campo científico. Disponível em www.bocc.ubi.pt, acessado em março de 2012.
- TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo. Volume I: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.